

ECONOMIA DOS SETORES POPULARES E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Gabriel Kraychete*

Introdução

Este texto¹ está ancorado em duas constatações e uma proposição. A primeira constatação é que uma economia como a brasileira e da Região Metropolitana de Salvador (RMS) em particular, nunca conheceram os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais. A segunda, é que nos últimos dez anos o tema da economia solidária adquiriu uma visibilidade crescente, despertando o interesse de órgãos governamentais, ONGs, sindicatos, igrejas e instituições de ensino e pesquisa. A proposição aqui contida é que a discussão conceitual da economia dos setores populares permite a percepção de uma realidade mais extensa e complexa do que aquela circunscrita aos empreendimentos da economia solidária, e amplia as possibilidades de formulação de políticas de fomento ao trabalho decente², aí incluído os empreendimentos associativos.

A base teórica e a percepção da lógica peculiar da economia dos setores populares têm por referência as interpretações de Fernand Braudel (1985; 1996) sobre economia de mercado e capitalismo, de Milton Santos (2004) sobre o circuito inferior da economia e de Amartya Sen (2000) sobre o comportamento econômico e o auto-interesse. A análise da base empírica dessa economia dos setores populares está ancorada nos dados do IBGE (2009) sobre a estrutura do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador, nas informações contidas na Pesquisa Economia Informal Urbana realizada pelo IBGE (2003), no Mapeamento dos Empreendimentos da Economia Solidária realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (2005), e na pesquisa realizada na Península de Itapagipe sobre o trabalho por conta própria (Kraychete, 2001).

Além desta introdução e das considerações finais, este texto contém mais quatro itens. O primeiro apresenta as bases conceituais e a lógica peculiar dos empreendimentos da economia dos setores populares. O dois itens seguintes analisam as

* Professor Titular da Universidade Católica do Salvador. Coordenador do Programa de pesquisa e extensão Economia dos Setores Populares e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UCSal.

¹ Texto apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011.

² Tal como definido pela OIT, o trabalho decente caracteriza-se pelo trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho (MTE, 2006).

características dos empreendimentos da economia dos setores populares na RMS, considerando os empreendimentos individuais/familiares e os empreendimentos associativos. O quarto item busca delinear proposições de políticas de fomento à economia dos setores populares.

Economia dos setores populares: bases conceituais

Por economia dos setores populares entendem-se as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital.³ No âmbito dessa economia dos setores populares convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não (KRAYCHETE, 2000).

Essa designação pretende expressar um conjunto heterogêneo de atividades, tal como elas existem hoje, sem idealizar os diferentes valores e práticas que lhes são concernentes. Não se trata, portanto, de adjetivar essa economia, mas de reconhecer que os atores que a compõem e que a movem são essencialmente populares.⁴

A economia dos setores populares interage com os mercados e atividades econômicas situadas no “andar superior da economia” (SANTOS, 2004) em relação ao qual ocupa uma posição subordinada. Possui, entretanto, uma lógica econômica peculiar, que a distingue da empresa tradicional. No caso dos empreendimentos econômicos populares não existem os pressupostos da acumulação capitalista. Os trabalhadores produzem mercadorias, mas a sua força de trabalho não se constitui numa mercadoria.⁵ Tem-se a produção de mercadorias por uma não mercadoria (KRAYCHETE, 2002).

Os empreendimentos da economia dos setores populares - sejam individuais, familiares ou associativos - estão inseridos em pleno mundo do mercado e do cálculo econômico, por mais simples e modestos que sejam estes cálculos. Mas, conforme Braudel (1985; 1996), economia de mercado e capitalismo não são a mesma coisa. Como indica Wallerstein (1987), Braudel reformula a relação entre mercado e

³ O capital aqui entendido não como a existência de máquinas e equipamentos, mas como uma relação social, determinada pela transformação da força de trabalho em mercadoria.

⁴ Por suposto, os empreendimentos associativos também incluem atividades com maior grau de complexidade, sofisticação tecnológica e maior volume de investimentos. Entretanto, tal como existem hoje, estas não são as características predominantes dos empreendimentos econômicos solidários, como veremos em seguida.

⁵ “Uma coisa é certa: a natureza não produz, de um lado, donos de dinheiro ou de mercadorias e, de outro, homens que só possuem a sua própria força de trabalho, esta relação não tem qualquer base natural, mas é o resultado de um desenvolvimento histórico...” (MARX, 1980, p.189).

monopólio, atribuindo aos monopólios o papel de elemento-chave do sistema capitalista. O que caracterizaria o jogo superior da economia seria a possibilidade de transitar de um monopólio para outro. Desfrutando do privilégio de poder escolher, o capital volta-se, alternada ou simultaneamente, para os lucros do comércio, da indústria, da especulação financeira, dos empréstimos ao Estado etc.

A atividade produtiva pressupõe a divisão do trabalho e, portanto, a existência das trocas. A produção de mercadorias não é uma invenção do capitalismo. Sem o mercado — lugar das trocas de bens que resultam do trabalho — não haveria economia no sentido corrente da palavra, mas uma vida fechada na auto-suficiência. Não há cidades sem divisão do trabalho e sem mercados. O capital universaliza a produção de mercadorias. Ontem, como hoje, portanto, haveria uma economia de mercado constituída por diferentes modalidades de trabalho responsáveis por um volume significativo de produção e trocas de bens e serviços, sem que assumam uma configuração capitalista inevitável. Essa matriz de observação contribui para a percepção de atividades econômicas numa margem extensa e inferior da economia, que se movimentam rentes ao chão, que escapam às estatísticas, mas que não são menos relevantes para a população, sobretudo quando se considera a crescente inaptidão da economia capitalista em absorver a força de trabalho através do emprego assalariado.

A eficiência dessa economia dos setores populares não pode ser aferida pela capacidade de seus integrantes transformarem-se em pequenos ou médios empresários, mas por sua capacidade de gerar postos de trabalho e gerar alguma renda para um grande número de pessoas. Ao contrário das empresas que — na busca do lucro, da competitividade e da produtividade — dispensam trabalhadores, os integrantes dos empreendimentos econômicos populares não podem “despedir” os filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno. Diferentemente da empresa capitalista, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada às necessidades da “reprodução da vida da unidade familiar” (CORAGGIO, 1998).

Essa economia dos setores populares possui uma racionalidade econômica própria. Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um dos membros da família tende a ser absorvida como um “custo” adicional para o próprio negócio. Ou seja, como a família, diferentemente do que as empresas fazem com os trabalhadores, não pode “dispensar” os seus membros, os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para as despesas básicas do consumo familiar, mesmo que comprometendo o “capital de giro” ou a “lucratividade” do

empreendimento. O que seria um comportamento irracional ou ineficiente, sob a lógica da acumulação do capital, assume outro significado para os empreendimentos populares. Para estes, as atividades de produção e comercialização de bens e serviços estão voltadas para a reposição cotidiana dos meios de subsistência da unidade familiar. Ou seja, há uma “solidariedade”, que seria irracional do ponto de vista da empresa, mas que tem efetivo sentido do ponto de vista da sustentação da vida do trabalhador e sua família.

Neste passo, entretanto, cabe uma indagação: é possível juntar economia com solidariedade? A solidariedade é um vocábulo usualmente desconhecido na linguagem dos economistas. A economia seria o mundo da competição, da concorrência e da guerra de todos contra todos. O comportamento econômico racional seria aquele movido pelo egoísmo e pelo auto-interesse. Um trecho de Adam Smith, frequentemente citado, reflete esta crença da economia tradicional:

Não é da benevolência do padeiro ou do açougueiro que esperamos o nosso jantar, mas sim da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Apelamos não à sua humanidade, mas ao seu auto-interesse, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles” (SMITH, 1983, p.50).

Sen (1999), ganhador do Prêmio Nobel de Economia, critica o que seria uma interpretação errônea de Smith, observando que comentários desse autor sobre o papel das considerações éticas no comportamento humano, contidas em outras partes dos seus escritos, foram relegadas ao esquecimento à medida que a própria consideração da ética caiu em desuso na economia. Amartya Sen lembra, ainda, que o comportamento humano é regido por uma pluralidade de motivações e não apenas pelo egoísmo ou auto-interesse⁶: “o egoísmo universal como uma realidade pode muito bem ser falso, mas o egoísmo universal como um requisito da racionalidade é patentemente um absurdo” (SEN, 1999, p.32).⁷

Com o risco de reafirmar o óbvio, convém insistir que não se trata de idealizar os empreendimentos da economia solidária como se fossem regidos por valores e práticas assentados exclusivamente em relações de solidariedade, e que estas se constituiriam na motivação determinante dos seus integrantes para a organização e gestão desses empreendimentos. Os seres humanos não são movidos apenas por

⁶ Amartya Sen (2000) ressalta a importância dos empreendimentos econômicos associativos como fator de mudanças sociais, não apenas em termos de benefícios econômicos, mas no modo de pensar das pessoas envolvidas.

⁷ Da mesma forma, “negar que as pessoas sempre se comportam de modo exclusivamente auto-interessado, não significa afirmar que elas sempre agem com altruísmo” (SEN, 1999, p.35).

necessidades, mas também por desejos. E podem encontrar motivos para a cooperação, mesmo quando buscam o auto-interesse. A suposição restrita e simplificadora de que os empreendimentos da economia popular solidária assentam-se num único princípio motivador e organizador gera a ilusão sedutora de aparentes soluções perfeitas, mas frustrantes, transformando paisagens socialmente vivas e factíveis em miragens (KRAYCHETE, 2007).⁸

Deve-se admitir, também, que os empreendimentos associativos, hoje denominados de empreendimentos econômicos solidários, antecedem a qualquer esquema teórico, constituindo-se numa forma de produção que historicamente se desenvolve contestando a organização capitalista do trabalho.⁹ Não há razões, portanto, para rejeitar a economia solidária sob o argumento de que tratar-se-ia de um simples modismo, usado para amortecer esperanças impossíveis de serem satisfeitas pelo mercado capitalista de trabalho.

O trabalho por conta própria

Embora o termo economia dos setores populares designe um universo distinto daquele usualmente representado pelo chamado trabalho informal¹⁰, os dados divulgados pelo IBGE referentes à economia informal¹¹ urbana permitem traçar um perfil – parcial e aproximado – dos empreendimentos econômicos populares. Pelos critérios do IBGE, estariam incluídas no setor informal as unidades econômicas de produção de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados. Conforme os dados desta pesquisa pode-se afirmar que:

- a) O trabalho por conta própria abrange uma extensa lista de atividades, desde a produção de alimentos até a construção civil e produções culturais;
- b) A remuneração média das atividades por conta própria é inferior à renda média mensal dos trabalhadores assalariados. O rendimento médio das mulheres que trabalham por conta própria corresponde a menos da metade do rendimento médio das mulheres assalariadas;

⁸Além disso, como observam Assmann e Sung (2000, p.158) “Quando se busca a ‘solidariedade perfeita’, ou ‘soluções definitivas’, impõe-se sobre as pessoas e grupos sociais um fardo pesado demais para se carregar”.

⁹Como se sabe, as experiências cooperativistas surgem no século XIX como uma resistência à produção capitalista.

¹⁰ Usualmente o setor informal é descrito como um conjunto de atividades que não responde a nenhuma lógica específica. Assim, seriam igualmente informais o trabalho de milhões de brasileiros realizado de forma individual ou familiar, as diferentes modalidades de trabalho associativo, o emprego dos assalariados sem carteira e as atividades das empresas que burlam a legislação trabalhista ou tributária. Ou seja, estariam num mesmo plano o trabalho da mulher que produz e vende alimentos num bairro da periferia de Salvador e as atividades de uma empresa formalmente estabelecida que sonega impostos e pratica o “caixa dois”.

¹¹ IBGE, *Pesquisa economia informal urbana 2003*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 10 de dezembro de 2005. Os dados que seguem referem-se à esta pesquisa.

- c) Em grande parte, o trabalho por conta própria ocorre no próprio domicílio, sobretudo quando realizado por mulheres. Os clientes são os moradores do próprio bairro, constituindo um circuito de pessoas pobres interagindo com outras pessoas pobres;
- d) Ao invés de um espaço que viabilize e estimule o desenvolvimento de prósperos empreendedores, o trabalho por conta própria é fortemente marcado pela precariedade. A quase totalidade não contribui para a Previdência Social. Os seus integrantes vivem na incerteza do dia de amanhã e enfrentam uma permanente insegurança diante da ameaça de doenças ou acidentes que interrompam o seu trabalho;
- e) Embora este tipo de atividade seja responsável pela geração de postos de trabalho para uma parcela significativa da população, a grande maioria (98%) não recebe qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira, e praticamente não têm acesso ao crédito.

Os empreendimentos por conta própria, em sua maior parte, constituem-se em atividades permanentes, que funcionam durante todos os meses do ano. Não são atividades passageiras ou eventuais. O que espanta não é o fato de que uma mulher que vende “geladinho” auferir uma renda mensal de R\$ 90,00, mas o fato de exercer esta mesma atividade há mais de cinco anos. Estes dados indicam que o trabalho por conta própria não possui um caráter circunstancial ou secundário para a reprodução da força de trabalho nele ocupada. O desenvolvimento destas atividades no interior ou exterior imediato à moradia denota a relação entre as condições de habitação e a precariedade das condições de trabalho (MATTEDI, 2006). A produção e a reprodução compartilham o mesmo espaço. Assim, os bens públicos (educação, saúde, transporte, ruas, praças, vias de acesso, iluminação, esgotamento sanitário etc) não são apenas bens de consumo coletivo, mas pressupostos necessários a uma mudança de qualidade desta economia dos setores populares.

Os empreendimentos da economia solidária

Projetando-se no âmbito de uma prática social transformadora, o tema da economia solidária suscita controvérsias e indagações. A começar pelo próprio nome. Existe uma diversidade de denominações para definir, supostamente, o mesmo fenômeno. Fala-se, por exemplo, em economia solidária, economia popular, economia do trabalho, economia popular solidária e socioeconomia solidária. Os termos utilizados tanto refletem o esforço de sistematização e elaboração teórica, como expressam

utopias. Como pondera Gaiger (2000), o conceito de economia solidária carrega algo de projeção e de desejo. Ou seja, idealiza-se e prefigura-se o que seria uma economia solidária e, depois, busca-se trabalhar neste sentido. Nestes termos, é possível que o conceito revele o que cada um nele procura, deseja, ou projeta como valores e práticas concernentes a uma economia e sociedade a serem construídas. Trata-se, na verdade, de conceitos em construção, nem sempre ou apenas parcialmente claros ou avocados pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar.

A definição contida no Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (MTE-SENAES, 2004), permite uma delimitação mais objetiva dos empreendimentos associativos. Conforme esta definição, são considerados como empreendimentos da economia solidária as organizações que possuem as seguintes características:

- a) organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento devem ser, na sua quase totalidade, proprietários ou coproprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;
- b) as atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização, que pode dispor ou não de registro legal.

A pesquisa realizada pela Secretária Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE-SENAES, 2005) com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, forneceu uma primeira informação mais abrangente sobre o “estado da arte” dos empreendimentos da economia solidária. Conforme os dados dessa Pesquisa, de um total de 1.100 empreendimentos econômicos solidários identificados na BA, 100 estão localizados na RMS, reunindo cerca de 4.000 pessoas. Os dados dessa pesquisa permitem afirmar que:

- a) A maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação e grupos informais;
- b) A principal motivação para a formação dos grupos foi a busca de uma alternativa de trabalho face ao desemprego;
- c) Em sua quase totalidade os empreendimentos dependem de recursos próprios e de doações e funcionam em lugares emprestados. Não existe um sistema de financiamento apropriado a este tipo de atividade;

- d) A maior parte dos empreendimentos adquire os insumos de empresas privadas. São poucos os empreendimentos que adquiriram matéria-prima de outros empreendimentos associativos. Os produtos e serviços dos empreendimentos destinam-se, predominantemente, aos espaços locais;
- e) São poucos os empreendimentos que conseguem pagar as despesas e ter alguma sobra.

Tomando-se por referência o conceito de trabalho decente tal como definido pela OIT, pode-se concluir que uma parte significativa dos empreendimentos da economia solidária enfrenta uma situação bastante adversa marcada pela precariedade do trabalho.

Do conceito à proposição de políticas

Alguns dados contribuem para ilustrar a dimensão da economia dos setores populares. Na RMS, um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora das relações de emprego assalariado regular. Nessa Região, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo IBGE (2009), a População Economicamente Ativa (PEA) correspondia, em 2009, a cerca de 2,2 milhões de pessoas. Deste total, aproximadamente 311 mil estavam desempregadas. Considerando como trabalho precário os trabalhadores por conta própria, os trabalhadores domésticos, os assalariados sem carteira e os empregados não remunerados, tem-se um contingente de mais de 957 mil pessoas¹². Considerando-se a soma dos trabalhadores em ocupações precárias com os desempregados, tem-se um total de mais de 1,2 milhão de pessoas, correspondendo a cerca de 60% da PEA.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, RMS – 2009

População economicamente ativa	Nº (1000 pessoas)	%
Total	2.197	100
Empregados com carteira	739	34
Militares e funcionários públicos	121	6
Empregados sem carteira	290	13
Trabalhadores domésticos	189	9
Conta própria	428	19
Empregadores	69	3
Produção para o próprio uso e não remunerados	50	2
Desempregados	311	14

Fonte: IBGE, PNAD (2009).

Até os anos 1970, predominava a visão que explicava a pobreza, sobretudo a pobreza urbana, como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento da economia capitalista. Não foi isto o que aconteceu. Três décadas depois, cresceu o

¹² Apenas 30% dos trabalhadores domésticos possuem carteira assinado e mais de 80% dos trabalhadores por conta própria não contribuem para a previdência social.

número de trabalhadores imersos num “circuito inferior” da economia do qual já falava Milton Santos (2004), abrangendo modalidades de trabalho que tendem a se reproduzir com a própria expansão dos setores modernos. Por sua magnitude e caráter estrutural, a reprodução dessas formas de trabalho já não pode ser explicada como um fenômeno residual ou transitório. A sua permanência expressaria uma matriz de desigualdade e pobreza que se mantém ao longo da história¹³. Sem uma recuperação histórica desse circuito inferior, problemas contemporâneos do trabalho e das desigualdades parecem insondáveis. A expansão capitalista nos diferentes ramos de atividade foi incapaz de superar esse circuito inferior através da sua inclusão em relações de assalariamento. Se isto é verdade, não é mais plausível supor que as possibilidades de trabalho sejam ditadas exclusivamente pelos investimentos no “circuito superior” da economia.

Como indica Paul Singer,

Hoje está claro (para muitos de nós) que: a economia capitalista certamente não tende a empregar todos que precisam de emprego, talvez sequer a metade deles; que ao lado da economia capitalista, continuará existindo, no futuro previsível, uma vasta economia popular, composta por produtores individuais, familiares ou associados, além de cooperativas de produção coletiva, empreendimentos sem fins de lucro etc. (SINGER, 2004, p. 13)

Deve-se considerar que mais de 400 mil trabalhadores, na RMS, retiram o seu sustento através de empreendimentos individuais/familiares, e que os integrantes dos empreendimentos associativos totalizam cerca de 4 mil pessoas, correspondendo a menos de 1% do total dos trabalhadores por conta própria. É pouco provável que essas pessoas venham a ser integradas ao trabalho assalariado ou aos empreendimentos associativos.

Estes dados sugerem que existem fortes razões para se analisar as condições de existência da economia dos setores populares, se o que se busca é o entendimento e a promoção da sustentabilidade dos empreendimentos associativos. Nos espaços urbanos, as pessoas que integram os empreendimentos associativos não são os assalariados do setor público ou privado, mas pessoas que, em geral, sempre tiraram o seu sustento das atividades realizadas de forma individual ou familiar¹⁴. Não possuem a cultura do trabalho associativo. A referência do “bom” trabalho que possuem é a do emprego

¹³ Ver a respeito, análise de Delgado (2004) sobre a reprodução e configuração contemporânea do setor de subsistência na economia brasileira.

¹⁴ É bom lembrar, também, que os clientes dos Bancos Comunitários são pessoas que realizam atividades de forma individual ou familiar.

assalariado e a prática que vivenciam é a do trabalho por conta própria. Diante das dificuldades inerentes aos empreendimentos associativos¹⁵, essas pessoas são atraídas pelas expectativas de um emprego assalariado, mesmo que precário, desde que proporcione uma regularidade na renda.

Apesar destas razões, há um certo preconceito como se os empreendimentos individuais ou familiares urbanos fossem portadores do pecado da produção individual, diferentemente dos agricultores familiares¹⁶ ou dos empreendimentos que, por serem associativos, seriam intrinsecamente bons. Por esta ótica, os empreendimentos individuais/familiares seriam populares, mas não solidários e, como tais, não estariam em nosso campo de interesse. Em termos teóricos e práticos, isto equivale a não nos deixarmos interpelar por uma realidade que envolve as condições de vida de parcelas significativas da população e que tem uma relação direta com as condições de existência e de sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária.

A hipótese aqui contida é que uma mudança de qualidade dos empreendimentos da economia dos setores populares não se contrapõe, mas favorece o desenvolvimento dos empreendimentos associativos populares.

Dadas as condições atuais, os empreendimentos da economia dos setores populares, aí incluído os empreendimentos associativos, não dispõem de condições para superar as principais dificuldades e fragilidades que enfrentam. Não é pequena a parcela destes empreendimentos que só se “viabiliza” e se reproduz através da manutenção e reprodução da precariedade. A passagem desta economia dos setores populares para formas de trabalho economicamente viáveis e socialmente justas depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis no seu interior. Programas direcionados para o microempreendedor individual, como o recentemente lançado pelo governo federal, e a oferta de micro-crédito em condições apropriadas, são iniciativas que precisam interagir com outras.

Os empreendimentos da economia dos setores populares são realizados por pessoas com baixo grau de escolaridade, que contam apenas com os seus próprios recursos e que carecem de uma assessoria que considere a lógica e as características

¹⁵ Nas condições atuais, os empreendimentos associativos urbanos apresentam condições mais adversas para os seus integrantes manterem-se unidos, sobretudo quando formados por pessoas que têm por principal motivação a busca de uma alternativa ao desemprego ou que necessitam de uma renda imediata.

¹⁶ Nos espaços rurais, os empreendimentos da economia solidária também são constituídos, sobretudo, por pessoas que, no âmbito de uma mesma unidade domiciliar, exercem diferentes atividades agrícolas e não agrícolas, realizadas de forma individual ou familiar.

peculiares desses empreendimentos. A grande maioria não recebe qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira. Assim, trata-se de formar, em larga escala, técnicos e agentes locais de desenvolvimento da economia dos setores populares aptos a realizarem uma assessoria apropriada¹⁷ aos empreendimentos dessa economia – sejam individuais, familiares ou associativos – contribuindo para as condições de sustentabilidade desses empreendimentos.¹⁸

O trabalho dos técnicos e agentes teria um caráter essencialmente prático, realizando uma formação em “campo” junto aos integrantes dos empreendimentos da economia dos setores populares. Guardadas as devidas proporções, pode-se dizer que a caracterização do trabalho a ser realizado pelos agentes inspira-se na prática do extensionista rural junto aos agricultores familiares, ou dos agentes de saúde junto às famílias¹⁹. Não se trata, portanto, da realização de cursos, mas de encontros de trabalho regulares com os responsáveis pelos empreendimentos, promovendo uma “incubação a céu aberto”.²⁰

Estimando que cada agente atenda três empreendimentos individuais/familiares por dia, que terá um encontro por semana com cada empreendimento e que cada empreendimento receba um atendimento por um período de três meses, chega-se a 15 empreendimentos assessorados por trimestre. Em um ano, seriam 60 empreendimentos assessorados por agente. Em quatro trimestres, considerando o trabalho de apenas 10 agentes, ter-se-ia um total de 600 empreendimentos atendidos.

O trabalho dos agentes junto aos empreendimentos da economia dos setores populares abrangeria, entre outras, as seguintes atividades:

- a) Realizar, conjuntamente com as pessoas diretamente envolvidas, o estudo de viabilidade dos empreendimentos assessorados, utilizando uma metodologia apropriada;

¹⁷ Ver, a respeito, a tecnologia produzida pela Universidade Católica do Salvador, abrangendo procedimentos, instrumentos e material didático direcionados para a formação de agentes de desenvolvimento da economia os setores populares, especialmente o Caderno de Textos e Exercícios para o curso de extensão em Viabilidade econômica e sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária (KRAYCHETE, 2010)

¹⁸ A proposição que segue inspira-se no Programa de Fomento à Economia dos Setores Populares, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR / BA e pela Companhia de Desenvolvimento Regional – CONDER. Ver Relatório de Consultoria (KRAYCHETE, 2009)

¹⁹ A comparação com os agentes de saúde advém de conversa com o economista e professor Murilo Philigret

²⁰ O termo “Incubadora a céu aberto” advém do projeto com o mesmo nome, implementado pela SETRA-BA, no âmbito do projeto Viva Nordeste, no período de abril a novembro de 2006, utilizando a metodologia desenvolvida pelo Programa de extensão em apoio à Economia dos Setores populares realizado pela UCSAL.

- b) Identificar, a partir do estudo de viabilidade, a necessidade dos empreendimentos acessarem o microcrédito em condições adequadas, contribuindo para tornar o seu uso eficiente;
- c) Identificar e estimular as possibilidades de ações coletivas (capacitações técnicas, compras conjuntas, feiras etc.) que potencializem os empreendimentos individuais/familiares;
- d) Acompanhar a gestão dos empreendimentos assessorados, confrontar os resultados obtidos com os projetados no estudo de viabilidade econômica, identificar e estimular a implementação dos ajustes que se fizerem necessários, bem como a realização de assessorias técnicas específicas.

Considerações finais

Num país como o Brasil, a discussão do conceito de economia dos setores populares contribui para a percepção de um extenso contingente de trabalhadores inserido em modalidades de trabalho que parecem compelidas ao limbo das relações sociais. Antes, porque ainda não havia sido integrado à expansão das relações de assalariamento e, agora, porque tende a crescer com a própria expansão dos setores modernos.

Atualmente, esta economia dos setores populares — seja sob a forma do trabalho individual ou familiar, seja através das diferentes modalidades de trabalho associativo — existe de forma dispersa e fragmentada. A sua capacidade de poupança própria é lenta e quase sempre insuficiente. Nos espaços urbanos, as pessoas que compõem esta economia enfrentam a precariedade do trabalho, da renda, da moradia e do consumo.

Aos empreendimentos da economia dos setores populares faltam condições mínimas das quais usufruem as grandes empresas: financiamento, tecnologia adequada, pesquisa, infra-estrutura, formação e qualificação dos trabalhadores etc. Uma empresa só se instala numa região se existem determinadas condições prévias. É comum a construção de infra-estruturas e a oferta de outros benefícios com o objetivo deliberado de atrair investimentos de grandes empresas. Mas, no “andar inferior da economia”, os empreendimentos populares, em sua maior parte, estão reduzidos aos seus próprios recursos, à exceção do apoio pontual e localizado das instituições de assessoria e fomento, com alcance reconhecidamente limitado.

Nos espaços urbanos é preciso considerar que, para uma parte significativa dos empreendimentos da economia dos setores populares, o local de trabalho é uma extensão da moradia. Nestes termos, uma mudança de qualidade da economia dos

setores populares não pode prescindir de intervenções públicas que incidam sobre as redes de infraestrutura urbana e serviços locais (transporte e vias de acesso, saneamento, coleta de lixo, segurança, áreas de lazer etc.), na medida em que as condições de trabalho são influenciadas pelas condições de habitação. Por outro lado, um financiamento tomado por um trabalhador para melhorias no espaço físico da produção implica numa melhoria do seu próprio domicílio.

Os empreendimentos da economia dos setores populares não podem ser avaliados ou projetados tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos à empresa tradicional. Usualmente, entretanto, os instrumentos de gestão, planos de negócio e os estudos de viabilidade reportam-se às características das empresas de médio ou grande porte. Se isto é verdade, um grande desafio a ser enfrentado no âmbito das políticas públicas é a preparação de instituições de ensino e pesquisa visando à formação de agentes de desenvolvimento da economia dos setores populares.

A transformação da economia dos setores populares em formas de trabalho viáveis e socialmente justas pressupõe uma **ambiência** que remova as principais fontes de privação²¹ que envolvem as condições de existência desses empreendimentos. Esta ambiência abrange condições culturais, econômicas, tecnológicas, sociais etc, impossíveis de serem alcançadas apenas através do empenho dos trabalhadores que compõem esta economia dos setores populares. A emergência destas condições requer ações convergentes e complementares de múltiplas instituições e iniciativas de órgãos governamentais, das organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, sindicatos etc. Entendida desta forma, uma mudança de qualidade desta economia dos setores populares não se resume a uma questão técnica ou estritamente econômica, mas assume uma feição essencialmente política.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, H. e SUNG, J.M. Competência e sensibilidade solidária. Educar para a esperança. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRAUDEL, F. Os Jogos das trocas. Lisboa;Rio de Janeiro: Cosmos, 1985.

_____. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER. Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes do Estado da Bahia – AE7344/BR. Primeiro Relatório da Consultoria de Fomento à Economia dos Setores Populares, Salvador, 2009.

²¹ Esta formulação inspira-se em Sen (2000).

CORAGGIO, J. Economia urbana. La perspectiva popular. Quito: ILDES. FLACSO, 1998.

_____ Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

DELGADO, G. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. In RAMALHO, J.P (org). Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: CAAL, 2004.

GAIGER, L. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

IBGE. Economia Informal Urbana - 2003. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 07/02/2011.

IBGE. PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2009.

KRAYCHETE, G. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

_____ A produção de mercadorias por não mercadorias. In Bahia Análise & Dados, v.1, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001.

_____ Economia popular solidária: paisagens e miragens. In Cadernos do CEAS, n 228, out/dez 2007.

_____ Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. Rio de Janeiro, CAPINA, OIKOS, 2007.

_____ _____, Curso de extensão em Viabilidade econômica e sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária. Caderno de textos e exercícios. Salvador, ITCP/UCSAL, 2010.

_____ _____, Economia popular na Península de Itapagipe. O trabalho por conta própria. Disponível em: <<http://www.ucsal.br/itcpucsal>>. Acesso em 30/09/2010.

MARX, K. O Capital. São Paulo, Civilização Brasileira, 1980.

MATTEDI, M.R. Moradia digna x moradia possível na perspectiva do autoconstrutor. Programa Habitar Brasil, Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria de Habitação/SEHAB, 2006.

MTE - SENAES. Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2004. Disponível em: <[http// www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)>. Acesso em 30/09/2010.

MTE-SENAES. Sistema nacional de informações em economia solidária. Relatório nacional 2005. Disponível em <[http// www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)> Acesso em 30/09/2010.

MTE. Agenda nacional do trabalho decente. Brasília, 2006. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 30/09/2010.

SANTOS, M. O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SEN, A. Sobre ética e economia. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____ Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. Apresentação. In ABRAMOVAY. R. Laços financeiros na luta contra a pobreza. São Paulo, SEBRAE, 2004.

SMITH. A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WALLERSTEIN, I. O capitalismo, inimigo do Estado? In: PAQUET, M. (Org.). Fernand Braudel e a história. Lisboa: Teorema, 1987.